

Avaliação da extensão universitária: o papel dos fóruns nacionais

Evaluation of the University Extension: the role of national forums

Marina Piason Breglio Pontes¹

Pontifícia Universidade Católica de Campinas
mpbpontes@yahoo.com.br

Mônica Piccione Gomes Rios²

Pontifícia Universidade Católica de Campinas
monica.rios@puc-campinas.edu.br

Resumo: Este artigo estuda a avaliação da Extensão Universitária, no contexto do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). A Extensão se fortaleceu nas IES brasileiras ao longo das décadas, como expressão de sua responsabilidade com a transformação social. Entretanto, o SINAES relega as atividades de Extensão a um segundo plano. Assim, tem-se como objetivo investigar o processo de avaliação da Extensão Universitária no âmbito dos fóruns nacionais, FOPROEX, FOREXT e FOREXP, à luz do *Joint Committee on Standards for Educational Evaluation*. A opção metodológica, em uma abordagem qualitativa, inclui revisão da literatura, com análise documental dos fóruns nacionais. Constatou-se que o SINAES, enquanto política pública, demonstra fragilidade em subsidiar as universidades nesse campo, e que não há, no contexto dos fóruns, proposta que abarque a complexidade da Extensão Universitária, apesar do perceptível avanço em pensar uma avaliação coesa, útil e justa.

Palavras-chave: SINAES; Avaliação Institucional; Extensão Universitária.

¹ Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas), Campinas, SP.

² Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas), Campinas, SP.

Abstract: This article studies the evaluation of University Extension, in the context of the National Higher Education Evaluation System (SINAES). Extension has been strengthened in Brazilian institutions of higher education over the decades, as an expression of their responsibility for social transformation. However, SINAES relegates Extension activities to a secondary level. Thus, the objective is to investigate the evaluation process of University Extension in the scope of national forums, using the patterns of the Joint Committee on Standards for Educational Evaluation. The methodological option in a qualitative approach, includes literature review, with documentary analysis of national forums. As results, SINAES, as a public policy, demonstrates weakness in subsidizing universities in this field, and that, in the context of the forums, there is no proposal that encompasses the complexity of University Extension, despite the noticeable progress in develop a cohesive, useful and fair evaluation.

Keywords: SINAES; Institutional Evaluation; University Extension

Introdução

Nas últimas décadas, as avaliações em larga escala vão ocupando lugar nas discussões acadêmicas, em vista da grande importância para a construção de uma educação de qualidade. Conforme aponta Dias Sobrinho (2003), na década de 1990 em especial, houve grande interesse científico no assunto, com crescimento das publicações científicas na área, em particular a partir da segunda metade da década, com o florescimento dos artigos científicos publicados em periódicos, mantendo-se o volume de publicações até os dias atuais, mostrando a centralidade dessa temática no contexto das reformas e das políticas públicas de educação.

O contexto social, político e econômico vivido pelo Brasil nas últimas décadas do século XX, bem como no início do século XXI, traz à tona também a obrigação das Instituições de Ensino Superior (IES) de serem socialmente responsáveis e de desenvolverem uma relação democrática, organizada em torno de valores éticos e de cidadania. Entidades diversas (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, 1999; Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras – CRUB, 1999, entre outras) ressaltam o papel da Educação Superior frente aos grandes problemas sociais e recomendam que os estabelecimentos de ensino superior contribuam para desenvolver nos estudantes a capacidade de se sensibilizar, engajar e enfrentar os grandes problemas sociais da humanidade. Esse contexto destaca o papel da Extensão Universitária, canal preferencial das IES para operacionalizar a sua função social.

O sistema nacional de avaliação vigente no Brasil foi instituído em 2004 e intitulado Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), concebido sob princípios formativos e emancipatórios (BRASIL, 2004a), porém com diversas modificações e alterações expressas no que tem sido praticado, levando a um distanciamento dos princípios primários, sobretudo pelo foco na obtenção de resultados

quantitativos. Composto por três instrumentos avaliativos, o SINAES avalia as instituições (AVALIES), os cursos de graduação (ACG) e o desempenho dos estudantes.

No que tange a avaliação da Extensão Universitária, para além do SINAES, onde em nível documental, está expressa a avaliação da extensão universitária, entre as dimensões da avaliação institucional, destaca-se a atuação dos fóruns nacionais de Extensão Universitária constituídos no país, que tiveram e ainda têm papel ativo nos debates junto ao Ministério da Educação (MEC) e ao Conselho Nacional de Educação (CNE), em busca de critérios para o desenvolvimento de atividades de Extensão Universitária nas IES.

O Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX), criado em 1987, o Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária das Instituições Comunitárias de Ensino Superior (FOREXT), criado em 1999, e o Fórum de Extensão das Instituições de Ensino Superior Particulares (FOREXP), criado em 2003, têm importantes papéis a serem desempenhados no âmbito das respectivas atuações.

Com esse pano de fundo, tem-se como objetivo desse artigo verificar como se apresenta a avaliação da Extensão Universitária, visto a necessidade de sua organização, qualificação e consolidação como um dos elementos do tripé das universidades, junto ao ensino e à pesquisa. A indissociabilidade entre eles foi afirmada pela promulgação da Constituição Federal Brasileira, em 1988, reafirmada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em vigor, aprovada em 1996, incluindo a Extensão como um dos princípios da Educação Superior. Mais recentemente, também está presente nas duas edições do Plano Nacional de Educação (PNE), de 2001 e 2014, que viabilizaram ações que culminaram na Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, trazendo grande alteração na dinâmica das universidades, visto que estabelece as diretrizes para a Extensão na Educação Superior brasileira, inserindo-a na matriz curricular dos cursos de graduação (BRASIL, 2018).

Com o objetivo de investigar o processo de avaliação da Extensão Universitária no âmbito dos fóruns nacionais, FOPROEX, FOREXT e FOREXP, à luz do *Joint Committee on Standards for Educational Evaluation* (JCSEE), optou-se por uma pesquisa qualitativa, que considera também dados quantificáveis, partindo de um levantamento bibliográfico realizado nas bases de dados da *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD). O referido levantamento revelou não haver artigos, teses ou dissertações que discutam a avaliação da Extensão Universitária, enquanto política pública, no âmbito do SINAES, e sim análises e estudos de caso de projetos específicos. Cabe lembrar que, em se tratando de fontes *on-line*, este levantamento considerou a fotografia disponível em dezembro de 2020, quando foi atualizada pela última vez.

O processo de análise sobre a avaliação das atividades de extensão realizada pelos fóruns nacionais deu-se à luz do JCSEE uma coalizão entre as principais associações de avaliadores profissionais dos Estados Unidos e Canadá, formado por seus representantes e especialistas no assunto, “que têm a tarefa de revisar, atualizar, desenvolver e disseminar padrões para atender às necessidades da área de avaliação” (JCSEE, 2020). Os padrões apresentados são pertinentes e sua credibilidade é reconhecida entre profissionais e pesquisadores em todo o mundo, não só na área de educação, como em diversos programas de avaliação.

A Extensão Universitária no contexto do SINAES

Na área da educação, a avaliação traz efeitos de natureza pedagógica, sociológica, ética, política e econômica, entre outros, e produz significados que podem ser constituídos por interpretações dos vários campos do saber (SOUSA, 2009). No tocante ao ensino superior, evidencia-se a relevância das políticas públicas em avaliação durante a década de 1980, afetando toda a sociedade brasileira. Dias Sobrinho (2004) também fala sobre o alcance da avaliação:

A avaliação da Educação Superior ultrapassa amplamente os âmbitos mais restritos do objeto a que se dirige. Seus efeitos atingem não só o sistema de Educação Superior como também têm impactos sobre toda a sociedade. A avaliação instrumentaliza as reformas educacionais, produzindo mudanças nos currículos, na gestão, nas estruturas de poder, nas configurações gerais do sistema educativo, nas concepções e prioridades da pesquisa, nas noções de responsabilidade social, enfim, tem a ver com as transformações desejadas não somente para a Educação Superior propriamente dita, mas para a sociedade que se quer consolidar ou construir. (DIAS SOBRINHO, 2004, p. 706)

Para cada um dos componentes avaliados pelo SINAES (AVALIES, AGC e ENADE) são determinadas dimensões relacionadas. Na pesquisa aqui realizada, destaca-se a avaliação institucional, em que estão inclusos os procedimentos de autoavaliação e avaliação externa *in loco*.

Componentes do SINAES e suas respectivas dimensões

Avaliação Institucional: Autoavaliação e Avaliação Externa (AVALIES)	Avaliação de Cursos de Graduação (ACG)	Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE)
Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional	Organização didático-pedagógica	
Política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação e a Extensão		
Responsabilidade social da instituição		
Comunicação com a sociedade		
Políticas de pessoal, de carreira do corpo docente e corpo técnico-administrativo	Perfil do corpo docente	
Organização e gestão da instituição		
Infraestrutura física		
Planejamento e avaliação	Instalações físicas	

Políticas de atendimento aos estudantes		
Sustentabilidade financeira		

Fonte: Brasil, 2004a. Elaborado pelas autoras.

No documento de concepção do SINAES, está explicitado que a avaliação das instituições de Educação Superior tem por objetivo identificar o seu perfil e o significado de sua atuação, por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, considerando as diferentes dimensões institucionais (BRASIL, 2004b). Ao ser aplicada com base nessas dimensões, a avaliação necessita respeitar a diversidade e as especificidades das diferentes organizações acadêmicas. Ao longo dos anos, à medida que a regulação centrada nas expectativas e necessidades do mercado ganhavam destaque, alterações foram sendo realizadas nos regulamentos que orientam o SINAES, e a avaliação passa a ter caráter fortemente regulador, tendo o seu potencial transformador enfraquecido, o que compromete o desenvolvimento qualitativo da educação, incluindo o estímulo ao espírito científico e o pensamento reflexivo.

Assim, o SINAES, em sua concepção, entendia a Avaliação Institucional como seu principal instrumento. É, por natureza, a sua ferramenta mais completa e, como consequência, mais complexa em relação à sua implementação e ao seu acompanhamento, entendimento presente em estudos bem antes da implantação do sistema. De fato, para Dias Sobrinho, a avaliação institucional deve ser sistemática e sistematizadora, com adesão coletiva, referindo-se sempre ao conjunto e articulada ao tecido institucional. “Mas também deve ser uma prática que contribua para dar consciência aos sentidos da instituição, que organize as múltiplas formas de se compreender a universidade e a ajude a desenvolver em conformidade a seus princípios e programas” (DIAS SOBRINHO, 1997, p. 122). Como um processo contínuo de orientação das políticas institucionais, a avaliação institucional dá suporte à identificação de distorções e à democratização das informações, sendo necessário que ela seja suportada pela alta administração e conte com a participação dos diversos órgãos e departamentos acadêmicos e administrativos, em estreita relação com a missão e o Projeto Pedagógico da IES.

A avaliação institucional, como função social que visa contribuir para a democratização do conhecimento e da educação para a cidadania, em um processo contínuo, deve ser “gestada pela instituição e fomentada pelas pró-reitorias ou órgãos similares, envolvendo os departamentos e unidades acadêmicas, em estreita correlação com a missão e o Projeto Pedagógico da instituição e integrada com as demais áreas do fazer acadêmico” (BARTNIK; SILVA, 2009, p. 461). Essa função social também é lembrada por Dias Sobrinho (2004): “a Educação Superior deve ser avaliada não simplesmente a partir dos critérios do mundo econômico e não somente com instrumentos que matematizem a qualidade sob as justificativas de desempenho, eficiência e produtividade, mas, sobretudo, deve colocar em julgamento os significados de suas ações e construções com relação às finalidades da sociedade” (DIAS SOBRINHO, 2004, p. 722-723).

A Extensão Universitária, por seu papel importante e diverso na Educação Superior, requer avaliação, visto o compromisso da IES, apesar da complexidade que isso impõe. Ristoff (2000) apontava, já na década de 1990, que não havia modelo pronto de avaliação, sendo necessária sua construção coletiva pelos especialistas e envolvidos no assunto. A avaliação da Extensão Universitária precisa estar alinhada e

incorporada à cultura da instituição e aos diversos instrumentos da avaliação institucional, tendo como base a missão e a visão da IES e sua realidade local.

Uma avaliação ampla das diversas ações da Extensão pode colocar luz na credibilidade de suas ações, legitimando a Extensão Universitária como processo educativo, cultural e científico, e viabilizar a relação transformadora entre a universidade e a sociedade. No aspecto quantitativo, podem ser revelados quantos indivíduos foram atingidos por cada projeto ou ação extensionista, direta e indiretamente, e quantos alunos e docentes foram envolvidos, entre outros indicadores. No aspecto qualitativo, é possível revelar as mudanças produzidas pela ação junto a todas as pessoas envolvidas, na universidade e na sociedade.

A Extensão Universitária, apesar de ser um dos tripés das universidades junto ao ensino e à pesquisa, é posta por diversos autores (THIOLLENT, 2002; SÍVERES, 2006; SOUSA, 2000; PAULA, 2013; FREIRE, 2018; PLANETA; et al. 2019) como aquela que apresenta maior dificuldade de compreensão, não só por parte da sociedade, como também da própria comunidade acadêmica. Essa dificuldade se dá, possivelmente, por colocar “questões complexas, seja por suas implicações político-sociais, seja por exigir postura intelectual aberta à inter e à transdisciplinaridade, que valorize o diálogo e a alteridade” (PAULA, 2013, p. 6). Na prática, é a dimensão que mantém a universidade alinhada a seus objetivos sociais, de aproximação da comunidade, da aplicação contextualizada de seus conhecimentos e de levá-los para além de seus muros.

Para além dessa questão, a definição do conceito de Extensão Universitária é ampla e diverge entre os diversos autores, dependendo dos fatores que estão envolvidos e dos atores que a definem. O conceito “(...) surge sob as mais diversas definições, em diferentes tentativas de criar limites para a sua prática ou, por outro lado, para servir de justificativa para as práticas que acontecem sem um espaço claro dentro da academia. A polissemia é constante” (SOUSA, 2000, p. 11).

Também por se tratar de um tema polissêmico, pairam as dificuldades em definir a Extensão no contexto das atividades universitárias. Para Thiollent (2002), a Extensão, diferente de assistência social, de responsabilidade social e de prestação de serviços, é uma das ferramentas de transbordamento de conhecimento de uma instituição para a sociedade e para a formação de cidadãos. “A Extensão também é uma construção ou (re)construção de conhecimento, envolvendo, além dos universitários, atores e público com culturas, interesses, níveis de educação diferenciados. A construção extensionista não está limitada aos pares, abrange uma grande diversidade de públicos externos com os quais é preciso estabelecer uma interlocução para identificar problemas, informar, capacitar e propor soluções” (THIOLLENT, 2002, p. 66).

É importante que não se confunda tudo o que se realiza extramuros com Extensão, visto que é necessário reconhecer quem participaria da ação, com a principal finalidade de formação do cidadão estudante, contudo não se fechando em si mesma, e sim estendendo a preocupação à sociedade. Dessa forma, a Extensão Universitária é o entrelaço de saberes, em relação estreita entre universidade e sociedade. Como reforça Simões (2016, p. 76), “as concepções unilaterais, ligadas ao assistencialismo e até a uma certa filantropia ainda persistem no ideário da comunidade acadêmica em geral”.

A complexidade para definição da Extensão se estende à sua avaliação. Não há, no âmbito dos órgãos do governo, uma avaliação sistematizada e focada na Extensão Universitária, como existe nos cursos de pós-

graduação *stricto sensu* pela CAPES, ou como nos cursos de graduação, pelo INEP, apesar de ser apontada como importante nos sistemas avaliativos da Educação Superior, desde o PAIUB, até o SINAES.

Nos documentos de orientação e concepção do SINAES, são apresentadas suas dez dimensões avaliativas, que trabalham a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, sugerindo indicadores em níveis. No entanto, nos primeiros anos de realização do SINAES, os indicadores sugeridos não foram efetivamente postos em prática, visto que não havia espaço para eles nos instrumentos de balizamento da avaliação institucional. Tampouco conseguiram se mostrar eficazes em relação à Extensão, deixando-a em segundo plano e restrito no campo das intenções. Ao longo dos anos, a pouca preocupação com a área se repetia em seus diversos instrumentos de avaliação, para somente em 2017 algum avanço ser percebido, com indicadores voltados para as ações de Extensão, mas ainda insuficientes para dar conta da complexidade posta.

Os fóruns nacionais de Extensão Universitária

O fortalecimento da Extensão ao longo das décadas trouxe a necessidade de organização e posicionamento mais direcionado da área, que veio inicialmente com a criação do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX), em 1987, articulando a Extensão com a pesquisa e o ensino, destacando a interdisciplinaridade e integrando diferentes áreas do conhecimento (FORPROEX, 1987). Considerado decisivo na construção da política de Extensão que vigora hoje, o FORPROEX se manteve ativo desde então, tanto no que se refere à concepção da Extensão Universitária, como na construção de instrumentos de avaliação e acompanhamento de suas ações, buscando efetivamente sua institucionalização no contexto universitário.

Já o Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária das Instituições Comunitárias de Ensino Superior (FOREXT) foi criado em 1999, durante o VI Encontro de Extensão e Ação Comunitária em Goiânia, GO (FOREXT, 1999), com a aprovação de seus estatutos e a publicação da Carta de Goiânia, na qual se reafirma a forte vinculação entre a Extensão e a identidade comunitária de suas instituições e se declaram seus princípios. O FOREXT centra suas atividades na concepção, gestão, planejamento e avaliação da Extensão.

O último a ser constituído, em 2003, foi o Fórum de Extensão das Instituições de Ensino Superior Particulares (FOREXP). Este apresentou como objetivos a articulação e o estímulo ao desenvolvimento de programas, projetos conjuntos e redes de trabalho entre as Instituições associadas, valorizando a Extensão nas universidades particulares brasileiras (FOREXP, 2019). No entanto, no levantamento bibliográfico e na análise dos documentos tratados aqui, verificou-se que no escopo de atuação do FOREXP não há a prática de produção de pesquisas e materiais que possam contribuir para a evolução das discussões no campo da Extensão Universitária, a exemplo do que fazem o FORPROEX e o FOREXT.

Desde então, os três fóruns seguem caminhando no sentido de desenvolvimento da Extensão Universitária em suas diversas frentes, incluindo a articulação junto ao Ministério da Educação (MEC) e ao Conselho Nacional de Educação (CNE).

O primeiro fruto dessa articulação, em especial do FORPROEX, foi lançado em 1999 pelo MEC: o Plano Nacional de Extensão Universitária, atualizado em 2001, visando ao fomento da Extensão Universitária, em suas variadas formas. O plano atualizou a concepção da Extensão, principalmente, motivado pelo fortalecimento dos setores comprometidos com as classes populares, e trazia como metas relacionadas à avaliação, para a organização da Extensão Universitária, entre outras questões: a elaboração de uma proposta de Programa Nacional de Avaliação da Extensão Universitária das universidades brasileiras, a ser apoiado e financiado pela Secretaria de Educação Superior do MEC, no prazo de um ano; a implementação do Programa de Avaliação da Extensão Universitária nas IES em até três anos; a adoção de indicadores quantitativos e qualitativos de Extensão nas análises de mérito para alocação de vagas para docentes nas unidades e departamentos e para distribuição de recursos orçamentários internos, em dois anos. Com esse plano, a Extensão assume uma dimensão de promoção social mais intensa, com papel efetivo de transformação social, seja por meio de programas, projetos, serviços ou cursos.

Também o FOREXT se posicionou quanto às diretrizes para a avaliação da Extensão, ainda em 2003, na intitulada Carta de Brasília (FOREXT, 2003), considerando que a avaliação é, fundamentalmente, um exercício crítico de autoconhecimento em busca da melhoria dos processos pelos quais a universidade se realiza, dentre outras diretrizes, se posicionando como agente importante na concepção do SINAES. De fato, os fóruns foram ativos participantes das discussões e das consultas públicas ao longo do processo de desenvolvimento do sistema avaliativo.

Ao longo do século XXI, tanto o FORPROEX quanto o FOREXT se mostraram ativos no desenvolvimento de definições, parâmetros e políticas direcionados à avaliação da Extensão, com a temática centralizando discussões em eventos nacionais e a elaboração de documentos e livros acerca da temática, contribuindo muito para o avanço da área. Desse modo, os materiais produzidos por esses dois fóruns foram analisados, com a finalidade de verificar as contribuições e avanços no que tange à avaliação da Extensão Universitária. Para isso, foram utilizados os critérios do *Joint Committee on Standards for Educational Evaluation*.

A avaliação da Extensão Universitária

O *Joint Committee on Standards for Educational Evaluation* é uma coalizão entre as principais associações de avaliadores profissionais dos Estados Unidos e Canadá, formada por seus representantes e especialistas no assunto, “que têm a tarefa de revisar, atualizar, desenvolver e disseminar padrões para atender às necessidades da área de avaliação” (JCSEE, 2020). Os padrões apresentados são bastante pertinentes para a avaliação no campo educacional, e sua credibilidade é reconhecida entre profissionais e pesquisadores em todo o mundo, não só na área de educação, como em diversos outros tipos de programas

de avaliação. O manual do JCSEE está em sua terceira edição, e apresenta seus atributos e padrões conforme o quadro abaixo.

Atributos e Padrões do JCSEE, 2011

Utilidade	Viabilidade	Propriedade	Exatidão	Accountability ³
U1 Credibilidade dos avaliadores	V1 Gestão do projeto	P1 Orientação responsiva e inclusiva	E1 Conclusões e decisões justificadas	A1 Documentação da avaliação
U2 Identificação dos <i>stakeholders</i>	V2 Procedimentos práticos	P2 Acordos formais	E2 Informação válida	A2 Meta-avaliação interna
U3 Finalidades negociadas	V3 Viabilidade contextual	P3 Direitos Humanos e Respeito	E3 Informação Confiável	A3 Meta-avaliação externa
U4 Identificação dos valores	V4 Uso de recursos	P4 Clareza e justiça	E4 Contextos e propósitos descritos	
U5 Informações relevantes		P5 Transparência e divulgação	E5 Gestão da informação	
U6 Processos e produtos significativos		P6 Conflitos de interesses	E6 Projetos e análises seguros	
U7 Comunicação e relatórios oportunos e apropriados		P7 Responsabilidade fiscal	E7 Raciocínio explícito da avaliação	
U8 Preocupação com as consequências e a influência			E8 Comunicação e relatórios	

Fonte: YARBROUGH et al., 2011. Elaborado pelas autoras.

Os padrões de avaliação “identificam e definem qualidade da avaliação e guiam os avaliadores e usuários a perseguir essa qualidade” (YARBROUGH et al., 2011, p. xxii). Destacando o esforço realizado pelo JCSEE, Rodrigues (2009, p. 116) afirma que os padrões constituem um quadro de referência, refletindo boas práticas em avaliação, “mas a sua utilização apela à mobilização do saber que os corporiza, que eles expressam, mas que os transcende, apesar de os suportar e de lhes estar subjacente”.

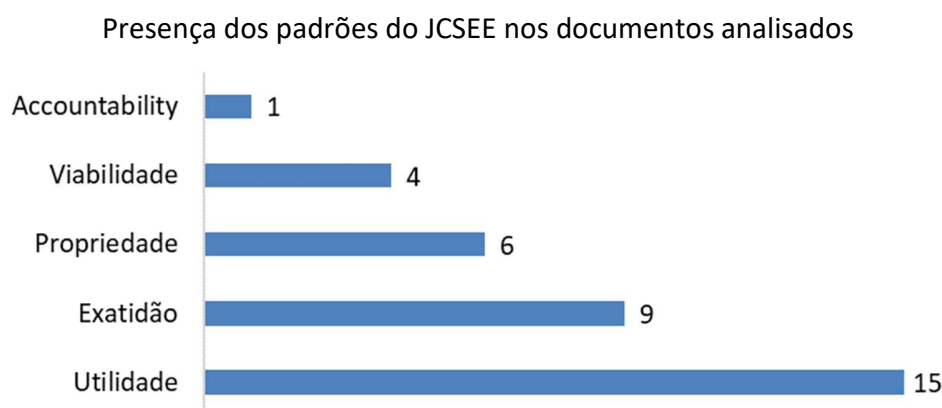
Com base nos atributos e padrões encontrados nos documentos analisados, verificou-se quais os pontos de convergência entre os documentos, no que tange ao atendimento do que preconiza o JCSEE, de modo a entender como se caracteriza a avaliação da Extensão Universitária, sob a perspectiva dos fóruns, e identificar os avanços, potencialidades e as lacunas ainda existentes para o desenvolvimento de uma avaliação da Extensão Universitária mais completa, coesa, útil e justa.

Foi possível perceber que, tanto nos documentos do FORPROEX quanto do FOREXT, aqueles que apresentaram menor aderência aos padrões do JCSEE, são os mais antigos, quando comparados aos outros documentos produzidos já durante a vigência do atual sistema avaliativo da educação superior. Possivelmente, isso não é uma coincidência. A evolução e profundidade das proposições sobre avaliação no

³ Optou-se, neste artigo, por manter o uso do termo *accountability* em inglês, pois entende-se que reflete melhor seu significado, sendo este um termo amplamente utilizado na área de educação.

âmbito dos fóruns foi visivelmente amadurecendo, agregando novos elementos à discussão e às análises ao longo do tempo, o que é fruto natural do desenvolvimento de ações contínuas em prol da elaboração de propostas avaliativas mais coerentes, completas e úteis.

No que se refere aos 30 padrões do JCSEE, oito não foram identificados em nenhum dos documentos analisados. O gráfico a seguir ilustra a frequência com que os padrões apareceram nos documentos, somando-se todas as vezes em que foram encontrados, por atributo. Claro, como o número de padrões é diferente a cada atributo, não se trata aqui de uma comparação simples, mas uma visão compilada com relação aos atributos que apareceram de maneira mais incisiva nos documentos dos fóruns.



Fonte: Elaborado pelas autoras.

Entende-se que, não por acaso, se destaca o atributo Utilidade, o mais frequente entre os cinco atributos existentes, com mais citações e apontamentos em todos os documentos analisados. Ao passo que somente um de seus padrões foi mencionado em todos os documentos dos fóruns (U2 – Identificação dos *stakeholders*), somente um dos oito atributos de Utilidade não foi localizado em nenhum deles, o U4 – Identificação dos valores.

De fato, a utilidade é considerada pelo JCSEE um dos principais atributos de qualidade de avaliação, visto que descreve quando e como a avaliação ganha valor. Para Davidson (2005), a utilidade também é um dos critérios fundamentais para a avaliação, considerando que é determinada pela necessidade que os *stakeholders* têm em relação a seus resultados. Assim, a avaliação e seus resultados devem se mostrar relevantes para os envolvidos no processo, estando disponíveis quando os envolvidos precisarem tomar decisões, além de manter comunicação clara e ampla.

De modo a apoiar uma avaliação de alta qualidade, buscando abordar todos os seus aspectos, os padrões de utilidade têm como objetivo aumentar a probabilidade de que a avaliação tenha consequências positivas. “A probabilidade de consequências negativas ou de mau uso proposital das avaliações pode ser significativamente reduzida quando a análise da avaliação se torna uma característica integrada da tomada de decisão do programa e da solução de problemas” (YARBROUGH et al., 2011, p. 9).

A presença destacada dos padrões de Utilidade nos documentos pode ser explicada pelo contexto em que vive a Extensão Universitária nas universidades brasileiras, pois como visto ao longo de toda esta pesquisa, no decorrer de todo este século XXI, há um trabalho constante dos profissionais da área no sentido da institucionalização da Extensão, de sua inclusão nos processos avaliativos da IES e no dia a dia acadêmico, de modo sistematizado e orgânico. Portanto, mostrar o quanto é útil se torna natural e necessário.

O segundo atributo com maior representatividade nos documentos estudados foi o Exatidão. Também com oito padrões, a exemplo de Utilidade, somente um não foi abordado pelos fóruns. Este atributo trata da confiabilidade e da veracidade das proposições e descobertas da avaliação, com ênfase, daquelas que apoiam os julgamentos de qualidade. Em geral, “a exatidão é conseguida através de teoria, métodos, desenhos, e raciocínio sólidos. As avaliações devem esforçar-se para obter a máxima precisão possível, adequada e útil para apoiar decisões sólidas em cada situação” (YARBROUGH et al., 2011, p. 157).

Terceiro atributo com maior frequência nos documentos analisados, os padrões de Viabilidade só foram relacionados nos materiais mais recentes dos dois fóruns, em especial, no livro do FORPROEX, no qual foram identificados três dos quatro padrões desse atributo. Para o JCSEE, os conceitos-chave pertinentes à discussão da viabilidade da avaliação são a capacidade avaliativa, o contexto, os valores e a *accountability*. “Para criar avaliações viáveis, os avaliadores e as partes interessadas precisam desenvolver uma compreensão compartilhada destes conceitos” (YARBROUGH et al., 2011, p. 72).

Assim, os quatro padrões de Viabilidade versam sobre a garantia da efetividade e da eficiência da avaliação, envolvendo os efeitos de contextos, culturas, custos, política, poder, recursos disponíveis e outros fatores pertinentes às avaliações. Uma avaliação é considerada viável, quando há adequadas situações logísticas e administrativas, utiliza procedimentos práticos e dá suporte aos demais atributos de qualidade.

Nota-se, aqui, que os fóruns poderiam ter desenvolvido mais questões atinentes a esse atributo, já que a viabilidade é também bastante importante para o desenvolvimento de processos avaliativos da Extensão coerentes, alinhados à avaliação institucional das universidades e capazes de responder a questões fundamentais quanto às melhores opções para que se caminhe em direção da avaliação viável, envolvendo questões burocráticas, como o uso de recursos e de ferramentas de gestão de projetos, mas também o monitoramento e reconhecimento de questões políticas e culturais dos diversos envolvidos no processo. Como, naturalmente, se envolvem muitas pessoas, de diferentes formações, culturas e papéis, com diferentes interesses, nas ações de Extensão, é fácil se ter perda de objetividade, foco e eficiência.

Em relação ao atributo Propriedade, somente quatro padrões dentre os sete existentes foram encontrados nos documentos do fórum. Este atributo leva em conta as preocupações morais, éticas e legais relacionadas à qualidade da avaliação, além das considerações de justiça social, já que nem todos os *stakeholders* dividem os mesmos valores ou concepções, mas devem compartilhar as mesmas responsabilidades e direitos.

As questões éticas exigem “processos de avaliação responsivos desde o projeto até etapas de divulgação e são importantes para os usuários da avaliação e outros *stakeholders* nessas etapas. Questões éticas também são íntimas, pessoais e reflexivas” (YARBROUGH et al., 2011, p. 106). Para além, o conjunto

de leis, regulamentos e regras locais, estaduais ou nacionais compõe o contexto da avaliação, e seu cumprimento precisa estar na agenda dos avaliadores.

Em relação à Extensão Universitária, pode-se inferir que a maior ausência dos padrões de Propriedade tenha relação com certo entendimento na área de que respeito, direitos humanos, cultura, dignidade, entre outras, são questões de base na elaboração e proposição de programas extensionistas, frequentemente, parte de seus objetivos, e por isso não precisariam ser citadas quando se pensa em sua avaliação. Porém, entende-se que não podem nunca sair do radar dos gestores, docentes, discentes e demais envolvidos nos processos avaliativos, sob pena de se ferirem os direitos ou a dignidade dos participantes na avaliação, via interações injustas ou condutas desrespeitosas.

Por fim, em relação ao JCSEE, destaca-se a quase ausência do atributo *Accountability*. A ausência não foi completa pela identificação do padrão A1 – Documentação da avaliação, em um dos documentos do FORPROEX, de 2013. *Accountability* destaca o uso adequado da documentação da avaliação e uma perspectiva de meta-avaliação focada na melhoria dos processos avaliativos e seus produtos. Para o JCSEE, este é um atributo bastante amplo, e seu atingimento resulta do equilíbrio de utilidade, viabilidade, propriedade e exatidão. Assim, ações em prol do *accountability* levam ao uso responsável dos recursos para produzir valor e trazem resultados positivos em diferentes frentes.

Em sua essência, a atenção à *accountability* da avaliação encoraja a reflexão e uma perspectiva meta-avaliativa nos avaliadores e usuários da avaliação. Uma perspectiva meta-avaliativa busca as características-chave da qualidade da avaliação em cada situação específica e identifica o que é necessário para julgar e melhorar a qualidade da avaliação. Ela também cria um conjunto significativo de aprendizagem para avaliadores e usuários de avaliação, para que suas experiências possam levar a melhores avaliações e usos das avaliações no futuro. (YARBROUGH et al., 2011, p. 226).

A ausência desses conceitos meta-avaliativos nos documentos dos fóruns pode indicar a falta de amadurecimento dos processos de avaliação na área de Extensão. Ora, se não há, ainda, avaliação consolidada, fica muito difícil avaliar essa avaliação. Essa é uma preocupação que, possivelmente, irá surgir a partir do momento em que se tenha avançado na construção de um processo avaliativo útil, justo e amplo o suficiente para atender à complexidade da Extensão Universitária.

De modo geral, ao olhar para os documentos analisados e para as proposições do JCSEE, a maior presença dos atributos Utilidade e Exatidão pode acontecer pela proximidade e relação entre eles, destacada pelo próprio JCSEE, visto que compartilham diversos temas, como interações entre *stakeholders* e avaliadores, comunicação e relatórios e a necessidade de clareza sobre as finalidades da avaliação, entre outros aspectos, apesar de terem propósitos diferentes. Enquanto os padrões de utilidade se concentram nas qualidades que preparam os *stakeholders* para usar processos, descobertas, julgamentos e recomendações de maneira a atenderem às suas necessidades, os padrões de exatidão focam nas informações e na qualidade dos procedimentos utilizados para selecionar, coletar, analisar, divulgar e interpretar informações.

Considerações Finais

Ao analisar a trajetória do FORPROEX e do FOREXT, percebe-se ampla participação na construção de políticas públicas voltadas para a Extensão no país, tendo contribuído para importantes marcos para a área. Também puderam participar da elaboração do SINAES, apesar de pouco ter sido materializado. Mais recentemente, pode-se destacar a conquista dos fóruns com a aprovação da Resolução nº 7/ 2018, vitória significativa no que diz respeito à possibilidade, mais palpável que nunca, de se realizar a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a Extensão.

O FORPROEX e o FOREXT destacaram-se na postura ativa de pensar a Extensão, desenvolvendo documentos e estudos acerca da área. Com relação a pensar a avaliação na área, os resultados indicam que a avaliação proposta pelos fóruns ainda carece de maior delimitação, organização e identificação de algumas questões relevantes, apesar de ser observado avanço considerável entre os documentos mais antigos e os mais recentes analisados.

Destaca-se o papel da Extensão Universitária no contexto das instituições de Educação Superior, que cresceu e ganhou notoriedade, reconhecida por um trabalho construído ao longo das últimas décadas, sobressaindo-se as IES de natureza comunitárias e públicas. Se no final do século XX ainda se lutava por institucionalização, neste século XXI, a busca é por sistematização, organização e potencialização das ações.

Ficou claro, aqui, que é importante trazer um olhar mais atento para a Extensão Universitária e para a sua avaliação, importância que reside também em seu papel social. Acredita-se na responsabilidade social da universidade, de comunicação e troca de saberes com a sociedade, integrada ao ensino e à pesquisa. Ainda aqui, é necessária atenção para evitar a visão assistencialista que existiu no século passado, e que ainda persiste.

O silêncio que mais incomoda, entretanto, é o do próprio sistema avaliativo. Chama a atenção a falta de elementos na proposta avaliativa do SINAES que se relacionem com a Extensão Universitária, tendo, os fóruns, muito a coadjuvar para que esse panorama seja modificado pelos responsáveis por uma política pública já há 20 anos em vigor. Não cabe mais esse silêncio em relação à área, que tanto tem a acrescentar e enriquecer a formação integral dos estudantes, aproximando a universidade de seus objetivos sociais. Só assim o SINAES também será útil, coerente, coeso e justo, como propõe o JCSEE.

A avaliação que se deseja para a Extensão, nesse contexto, é muito mais qualitativa, que traga elementos que possam contribuir de fato para o entendimento da área. Não se trata de desprezar dados quantitativos, também importantes, mas não se espera do SINAES que sejam criados mais índices com o objetivo de incluir a Extensão, mas a elaboração de critérios avaliativos mais formativos. Eviedencia-se que a avaliação com ênfase nos processos propicia ambiente para a transformação da realidade e dos indivíduos envolvidos.

Inexiste, porém, solução fácil, como fica evidente pelo entendimento dos padrões e atributos propostos pelo JCSEE, que traga uma perspectiva ampla, diversificada e realista da complexidade da atividade de

avaliação, incluindo seus condicionantes e desafios. Ressalta-se que os padrões propostos são um suporte no sentido de ponderar e articular as variáveis, para que a tomada de decisão dos avaliadores e o processo de avaliação como um todo sejam mais assertivos. Pondera-se que esse possa ser oportuno momento para uma iniciativa conjunta dos fóruns na direção de pensar a avaliação da Extensão, de modo integrado. Esse possível esforço articulado entre o FORPROEX, o FOREXT e o FOREXP sinaliza potencial para o avanço das questões ainda por pensar e praticar, acelerando o processo de construção de uma proposta avaliativa formativa e emancipatória que tenha como foco a Extensão Universitária.

Referências

- BARTNIK, Fabiana Marques Pereira. Ação Extensionista em Universidades Católicas e Comunitárias e sua Avaliação. Campinas: Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica de Campinas – PUC-Campinas, Campinas, 2009.
- BRASIL. Lei 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. 2004a.
- BRASIL. Ministério da Educação. Comissão Especial de Avaliação da Educação Superior (CEA). Bases para uma nova proposta de avaliação da Educação Superior. Brasília, DF: MEC/INEP/SESU, 2004b.
- BRASIL. Ministério da Educação – CNE. Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional da Educação – PNE 2014-2024 e dá outras providências. 2018.
- DAVIDSON, E. J. Evaluation Methodology Basics: the nuts and bolts of sound evaluation. Thousands Oaks, CA: Sage, 2005.
- DIAS SOBRINHO, José. Avaliação Quantitativa, Avaliação Qualitativa: interações e ênfases. In: SGUISSARDI, Waldemar (Org.). Avaliação Universitária em Questão: Reformas do Estado e da Educação Superior. 1 ed. Campinas, SP: Editora Autores Associados, 1997.
- DIAS SOBRINHO, José. Avaliação da Educação Superior: regulação e emancipação. Avaliação, Campinas, v. 8, n. 1, 2003.
- DIAS SOBRINHO, José. Avaliação Ética e Política em Função da Educação como Direito Público ou como Mercadoria? Educ. Soc., Campinas, vol. 25, n. 88, p. 703-725, Especial - Out. 2004.
- FOREXP. Sobre o FOREXP. 2019. Disponível em: <<http://www.funadesp.org.br/redes/extensao/24-forexp>>. Acesso em: 10/08/2019.
- FOREXT. Carta de Goiânia: A Concepção de Extensão e Ação Comunitária em Debate: proposta de documento de base do Fórum de Extensão das IES Comunitárias. Goiânia, GO, 1999.
- FOREXT. Carta de Brasília: Contribuição do Fórum para o Processo de Construção das Políticas de Avaliação da Extensão Universitária. Brasília, DF, 2003.
- FORPROEX. I Encontro de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Conceito de extensão, institucionalização e financiamento. Brasília, 1987.

FREIRE, Paulo. Extensão ou Comunicação? São Paulo: Terra e Paz, 2018. 19ª ed.

JCSEE. Joint Committee on Standards for Educational Evaluation. 2020. Disponível em: <<https://evaluationstandards.org/>>. Acesso em: setembro 2020.

PAULA, João Antônio. A extensão universitária: história, conceito e propostas. Revista de Extensão da UFMG, Belo Horizonte: UFMG, v.1, n.1, p. 5-23, jul./nov., 2013.

PLANETA, Cleopatra da Silva; [et al.]. Impacto Social das Universidades. In: Organizador: Jacques Marcovitch; colaboradores: Nina Ranieri... [et al.]. Repensar a Universidade: Impactos para a Sociedade. São Paulo: Com-Arte; Fapesp, 2019.

RISTOFF, Dilvo I. Avaliação institucional: pensando princípios. In: DIAS Sobrinho, José; BALZAN, Newton C. (Orgs.). Avaliação institucional: teoria e experiências. São Paulo: Cortez, 2000.

RODRIGUES, Pedro. Recensão das obras “The program evaluation standards”; “The student evaluation standards” & “The personnel evaluation standards”, do Joint Committee on Standards for Educational Evaluation [1994, 2003, 2009]. Sísifo. Revista de Ciências da Educação, p. 115 118, 2009.

SIMÕES, Mariana Andrea da Silva Casali. A avaliação da extensão universitária nas Universidades Federais da Bahia. Portugal: Tese (Doutorado em Ciências da Educação) – Instituto de Educação, Universidade do Minho, Minho, Portugal, 2016.

SÍVERES, Luiz. Universidade: torre ou sino? Brasília: Universa, 2006.

SOUSA, Ana Luiza Lima. A História da Extensão Universitária. Campinas. Alínea, 2000.

SOUSA, Klinger Luiz de Oliveira. O caráter público do SINAES e seu potencial de transformar o currículo das universidades. São Paulo: Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

THIOLLENT, M. Construção do conhecimento e metodologia da extensão. Revista Cronos, v. 3, n. 2, pp.65-71, jul-dez. 2002. ISSN 1518-0689.

YARBROUGH, D.B.; SHULA, L.M.; HOPSON, R.K.; CARUTHERS, F.A. The Program Evaluation Standards: a guide for evaluators and evaluation users (3rd. ed). Joint Committee on Standards for Educational Evaluation. Thousand Oaks, CA: Sage Publications, 2010. Edição do Kindle.

Submetido: 22/03/2021

Aceito: 01/09/2021